

A volta à realidade “in the hard way”... 10 SET 1987

Diante do recuo a que foi obrigado durante o seu encontro com o secretário norte-americano do Tesouro, James Baker III, todas as baterias se voltam contra a pessoa do ministro Bresser Pereira. Mas o fato é que o ministro da Fazenda levou ao Exterior uma proposta que não era sua, mas do governo brasileiro, e levou-a como foi apresentada por exigência da tal “cabeça pensante do PMDB”, identificada na Fundação Pedrosa Horta, que reúne — senão os representantes do pensamento da maioria do partido — os personagens com maior influência sobre o Executivo e o grupo que, desde o primeiro dia desta “Nova” República, tem ditado as desastrosas políticas econômicas (?) do País.

Que houve ingenuidade do ministro em permitir — ou em, pelo menos, não reagir — a divulgação à imprensa brasileira, antes da sua partida do Brasil, da alucinada “proposta” da qual foi obrigado a recuar nos Estados Unidos, não há nenhuma dúvida. A divulgação da proposta, feita pelo Palácio do Planalto ao **Jornal do Brasil**, eliminou definitivamente o caráter de sondagem ou teste das teorias da Fundação Pedrosa Horta, sem maiores desgastes para a imagem pública do ministro, que ela poderia ter tido se fosse discutida informalmente a portas fechadas, e conferiu-lhe um caráter de imposição que selava, por antecipação, a sorte do ministro neste encontro internacional. Resta saber se e o quanto houve de felonía em toda esta manobra.

Mas à parte tudo isso, o que nos parece muito mais importante é que pelos menos o ministro Bresser Pereira, neste governo, põe os supremos interesses da Nação acima dos seus interesses pessoais, não hesitando em recuar diante da reação quase unânime de todos os que ouviram a proposta que levou. “**A prioridade para o País**”, explicou ele, “é reintegrar o Brasil no sistema financeiro internacional. Este é o nosso objetivo e o objetivo do presidente Sarney”. De suas intenções não temos mais dúvidas, depois da sua corajosa atitude. Oxalá esteja certo no que diz respeito ao presidente Sarney...

De fato, como temos repetido há tantos meses, não resta nenhuma alternativa a este governo e a este país — cuja economia, assolada e esgotada pela devastação peemedebista, já não tem força para reagir sem uma forte ajuda externa — senão **reintegrar-se o mais depressa possível no sistema financeiro internacional**. É isso ou nos conformarmos definitivamente com a alternativa maotsetunguiana de nos transformarmos numa autarquia econômica com um regime totalitário, o único capaz de assegurar a paz social — ainda que uma paz de cemitério — dentro de uma economia em liquidação.

Por isso parece-nos que, mais do que por simples humildade, foi por seu senso de patriotismo e por respeito à sua consciência que o ministro Bresser Pereira — que sabia que estava jogando sua sorte nesta decisão — concordou em negociar com nossos credores e com a comunidade financeira internacional nas bases e termos usuais. Isto é, em termos realistas e viáveis, deixando as propostas “criativas” ou “heterodoxas” para a eventualidade de alguns dos menores bancos credores do Brasil desejarem expurgar seus balanços em troca da transformação de sua dívida em títulos de longo prazo negociados com algum deságio, ou seja, os *exit bonds* (apenas três dos 350 bancos credores da Argentina, por exemplo, compraram os títulos desse tipo oferecidos por aquele país).

Esta volta à realidade, se confirmada pelo governo brasileiro, afastará a ameaça de mais um rebaixamento dos créditos brasileiros no próximo mês de outubro, conforme exige a legislação norte-americana. Esta medida, além das graves consequências que teria imediatamente para o nosso comércio externo (que já vem passando por sérias dificuldades no ponto em que as coisas já chegaram), o que seria catastrófico dado que as exportações têm funcionado como a única válvula de escape da economia brasileira nestes tempos de forte retração da demanda interna, significaria também a abertura de um abismo virtualmente intransponível entre o Brasil e a comunidade financeira internacional.

Mas este fato auspicioso não deve servir para que se volte às ilusões. O ministro Bresser Pereira saiu de seu encontro com Baker afirmando que o Brasil conta com o total apoio de Washington em sua intenção de não entrar em acordo com o FMI antes de iniciar conversações com os bancos credores. Mas a verdade é que o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, país democrático sem aspas, apenas não tem nada a opor se os bancos privados norte-americanos credores do Brasil concordarem com esta exigência, e nem tem poderes para impô-la. Aliás, os bancos norte-americanos não fazem esta exigência. Têm apenas pressa em iniciar as conversações com o Brasil para evitar os prazos da lei que os obrigariam a rebaixar os créditos brasileiros, o que implicaria a obrigação de registrar novos — e substanciais — prejuízos em seus balanços. Quem exige — e continua exigindo — um acordo prévio com o FMI para renegociar prazos e pagamentos atrasados, além do essencial “dinheiro novo”, são as instituições oficiais reunidas no Clube de Paris, a começar pelas que os Estados Unidos comandam... Quanto a esta parte da dívida, o Brasil conseguiu, em janeiro passado, graças ao apoio dos Estados Unidos, apenas a dilatação dos prazos fatais. E é este apoio que os Estados Unidos não se dispõem a renovar agora, quando vencem novamente os prazos desses bancos e o Brasil se prepara para pedir novas prorrogações.

Quanto aos bancos privados, desde que realmente se disponha a iniciar negociações **civilizadas** daqui para a frente, o Brasil pode obter acordos sobre tudo. Os credores sabem que o Brasil não tem condições de cumprir todos os seus compromissos e em nenhum momento pensaram em exigir, radicalmente, que o fizesse. Assim, realistas que são, dispõem-se a ser maleáveis, a discutir reduções do *spread*, a abrir mão de parte do pagamento de juros, capitalizando-os, fornecendo “dinheiro novo” para o seu pagamento ou convertendo-o em capitais de risco e até a consolidar a dívida de longo prazo, incluindo cláusulas de salvaguarda quanto aos fatores incontrolláveis a partir da constatação dos quais os pagamentos poderiam ser reduzidos. Mas o que não podem fazer é aceitar imposições radicais e irrealistas como a de “zerar” o *spread* ou a de aceitar os termos inaceitáveis da Fundação Pedrosa Horta para os outros mecanismos.

Tudo, enfim, pode ser resolvido, desde que com negociações sérias, baseadas na realidade e não em quimeras ridículas, em arroubos demagógicos ou em preconceitos ideológicos de quem não tem nenhuma noção da realidade. Os credores do Brasil e a comunidade financeira internacional sabem que este é um país mais que viável. Poderia e deveria, até, ser “um paraíso econômico”, como notou o editorial do **Economist** que tanta irritação despertou em Brasília, assim como poderiam ser paraísos econômicos tantos outros países do mundo em desenvolvimento, não fosse a **asfixiante incompetência** de suas elites políticas.

Se outros passos na mesma direção fossem dados atrás deste primeiro passo na direção certa dado pelo ministro Bresser Pereira, muito rapidamente a economia brasileira poderia começar a desafogar-se, beneficiando-se da sua reintegração na comunidade financeira internacional. Não existem empecilhos econômicos reais para que isto aconteça. Não obstante, teremos de esperar ainda um bom tempo, para que tudo possa recomçar a andar na velocidade desejável, em função

da asfixiante incompetência de nossas elites políticas. Antes de qualquer acordo de longo prazo, antes que os investimentos de risco entrem na quantidade que o potencial brasileiro justifica, os credores e investidores terão de esperar para ver o que surge desta Assembléia Constituinte; que regime sairá dela; quem estará mandando no Brasil daqui a alguns meses etc. Terão de esperar, enfim, as mesmas respostas que estão esperando os brasileiros que querem trabalhar e investir.

Assim mesmo, se for mantida a posição realista adotada — **in the hard way** — pelo ministro Bresser Pereira, já poderemos esperar sem que as coisas continuem piorando...